



Número: **0002220-37.2018.4.03.6105**

Classe: **EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL**

Órgão julgador: **5ª Vara Federal de Campinas**

Última distribuição : **05/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 1.175.401,20**

Processo referência: **00134273820154036105**

Assuntos: **Multas e demais Sanções**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GUILHERME VALLAND JUNIOR (EMBARGANTE)		CARLOS ALBERTO MALUF SANSEVERINO (ADVOGADO) ADAILTON CARLOS RODRIGUES (ADVOGADO) FELIPE PINHEIROS NASCIMENTO (ADVOGADO)	
UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (EMBARGADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23595842	22/10/2019 10:02	Guilherme_Valland_Junior_2018_18_06_Embargos_à_Execução_Manifestação_União	Documento Comprobatório



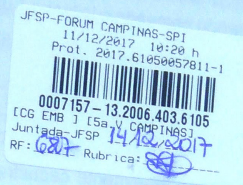
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM CAMPINAS/SP
R. Frei Antônio de Pádua, nº 1.595 – Jardim Guanabara – Campinas – SP CEP: 13073-330

1677

JUIZO DA 5ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPINAS-SP



0 0 0 7 1 5 7 - 1 3 . 2 0 0 6 . 4 0 3 . 6 1 0 5



EXECUÇÃO FISCAL: 0007157-13.2006.403.6105
EXEQUENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
EXECUTADO: GUARANI FUTEBOL CLUBE E OUTROS
CDA: 316018171 E OUTRAS

1. A **União**, na pessoa do(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, intimada do despacho de fls. 1.673, expor e requerer o que segue:
2. A decisão de fls. 1.060/1.066 tornou sem efeito a hasta pública e a arrematação, bem como determinou ao leiloeiro o depósito do valor da comissão em conta judicial, para o fim de devolução ao arrematante.
3. Tendo em vista que não houve o pagamento espontâneo e com o intuito de reaver os valores relativos à comissão recebidos pelo leiloeiro, houve, às fls. 1.389, determinação de expedição de mandado de penhora de imóvel e veículos de sua propriedade.
4. Às 1.493/1.494 e 1.495/1.502 foram penhorados os seguintes bens do Leiloeiro Guilherme Valland Junior, que ficaram depositados sob sua responsabilidade:
 - a) Imóvel matrícula 265.604 do 11º Ofício de Registro de Imóveis de SP
 - b) Veículos de placas FOJ 2755 (BMW 4281 Gran Coupe), GID-7020 (Hyundai azera 3.3 V6) e GIG-0702 (Dodge Durango Citadel)
5. Às fls. 1.509/1.513 foi anexada aos autos decisão proferida no MS nº 0013531-12.2015.4.03.0000, que deferiu liminarmente a suspensão da constrição sobre o imóvel, o veículo de placa GIG-0702 e a aplicação da multa fixada às fls. 1.389





6. Às fls. 1.524/1.526, foi determinada a alienação dos veículos penhorados, sendo nomeado o leiloeiro **Luiz dos Santos Luqueta** como depositário dos bens. Os veículos foram arrematados às fls. 1.571, a qual foi cancelada a pedido do arrematante às fls. 1.647.

7. Às fls. 1.669/1.670 o leiloeiro informou que deixou de fazer parte do quadro de leiloeiros da Justiça Federal da 3ª Região, requerendo que o encargo fosse transferido a outro leiloeiro atualmente cadastrado, que, por força do edital de credenciamento, tem obrigação de assumir o encargo, bem como que o futuro arrematante fosse responsabilizado por arcar com o ressarcimento das despesas de remoção e estadia até a presente data.

8. Pois bem. O que se extrai pela análise dos autos é que, após o cancelamento da hasta pública do imóvel, o presente processo de execução fiscal, cujo rito é regulamentado pela Lei n.º 6.830/80 e objeto é a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, tornou-se o meio para a cobrança dos valores recebidos pelo leiloeiro a título de comissão, os quais foram pagos pelo arrematante.

9. Nos termos do artigo 704, IV, do CPC/1973, incumbe ao leiloeiro receber do arrematante a comissão estabelecida em lei ou arbitrada pelo juiz. No mesmo sentido é o teor do artigo 884, parágrafo único, do Novo CPC. **Nesse contexto, o valor relativo à comissão fora pago ao leiloeiro pelo arrematante, conforme recibo de arrematação de fls. 863, por meio do cheque 000026, Banco 237, Agência 3381-2.**

10. Portanto, Excelência, a utilização desta execução fiscal para reaver tais valores é inadequada. A União-Fazenda Nacional entende que quem possui legitimidade para cobrar tais valores do leiloeiro é a arrematante, em processo próprio e por meio do rito adequado, considerando que não houve devolução espontânea, o que inviabilizou a restituição nestes autos.

11. Há que se ressaltar ainda que, também nestes autos, houve determinação de expedição de ofício à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição em dívida ativa do saldo remanescente não restituído, sob a denominação de **custas**, o que fora cumprido pela Exequente. Após a inscrição, foi ajuizada a execução fiscal n.º 00134273820154036105.

12. No entanto, a União entende que tal valor não está abrangido pelo conceito de custas, o que inviabilizaria a inscrição em dívida ativa e cobrança por meio de execução fiscal. Tal valor possui caráter privado (comissão) e foi pago pelo arrematante, o único que possui legitimidade para pleitear a restituição e por meio de rito adequado.





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM CAMPINAS/SP
R. Frei Antônio de Pádua, nº 1.595 – Jardim Guanabara – Campinas – SP CEP: 13073-330

1678
VX

13. Diante de todo o exposto, a União- Fazenda Nacional requer que esse Juízo se pronuncie sobre essas questões, de modo que sejam sanados eventuais equívocos e retomados os procedimentos para a cobrança da dívida ativa da união objeto desta execução fiscal, inclusive com determinação de cancelamento daquela certidão de dívida ativa, a fim de evitar que a União faça a cobrança de valores, em nome de terceiro (arrematante), sem amparo legal.

14. Por oportuno, requer a juntada dos extratos dos sistemas fazendários anexos, os quais demonstram o valor atualizado dos débitos executados.

c) Nesses termos, pede deferimento.

Campinas, 7 de dezembro de 2017.


Ana Carolina Astafieff Rosa Costa
Procuradora da Fazenda Nacional

